

# CIDADES NOVAS: A UTOPIA URBANA COMO ESTRATÉGIA DA FRONTEIRA CAPITALISTA

**NEW CITIES: URBAN UTOPIA AS A STRATEGY  
FOR CAPITALIST FRONTIER**

**NUEVAS CIUDADES: LA UTOPIA URBANA COMO  
ESTRATEGIA DE FRONTERA CAPITALISTA**

**Germana Pires Coriolano**

Universidade Federal do Tocantins (UFT)  
germanapires@uft.edu.br

**Adão Francisco de Oliveira**

Universidade Federal do Tocantins (UFT)  
adaofrancisco@gmail.com

**Eduardo Alberto Cuscé Nobre**

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
da Universidade de São Paulo (FAUUSP) -  
eacnobre@usp.br

---

## Resumo

Este artigo tem por finalidade refletir a dinâmica da estruturação urbana da região centro-norte-amazônica enquanto espaço de expansão da fronteira capitalista, por meio da análise da implantação das cinco capitais planejadas nela presentes desde o início do período republicano, compreendendo-as como espaços estratégicos para a organização das atividades capitalistas no território. Parte-se do entendimento de que a dinâmica acelerada de ocupação deste espaço se deu pelo processo de migração fomentado pelo Estado, enquanto estratégia de ocupação territorial a serviço do capital, conformando as cidades como entrepostos. Neste contexto, as cidades novas têm expressão, sentido, significado e materialidade afeitos a uma lógica histórica que as define. Utiliza-se como método a análise histórica e dialética, tendo as categorias da formação socioespacial e da produção social do espaço como matizes mediadoras da leitura.

**Palavras-Chave:** Cidades novas. Fronteira capitalista. Urbanização. Região centro-norte-amazônica. Brasil.

## Summary

This article aims to reflect the dynamics of urban structuring in the central-north-Amazon region as a space for the expansion of the capitalist frontier, through the analysis of the implementation of the five planned capitals present in it since the beginning of the republican period, understanding them as spaces strategies for the organization of capitalist activities in the territory. It starts from the understanding that the accelerated dynamics of occupation of this space was due to the migration process promoted by the State, as a strategy of territorial occupation at the service of capital, conforming cities as outposts. In this context, the new cities have expression, meaning, meaning and materiality adapted to a historical logic that defines them. Historical and dialectical analysis is used as a method, having the categories of socio-spatial formation and the social production of space as mediating shades of reading.

**Key words:** New cities. Capitalist frontier. Urbanization. Central-North-Amazon region. Brazil.

## Resumen

Este artículo tiene como objetivo reflejar la dinámica de la estructuración urbana en la región centro-norte-amazónica como espacio de expansión de la frontera capitalista, a través del análisis de la implementación de las cinco capitales planificadas presentes en ella desde el inicio del período republicano. , entendiéndolos como espacios estrategias para la organización de las actividades capitalistas en el territorio. Se parte del entendimiento de que la dinámica acelerada de ocupación de este espacio se debió al proceso migratorio promovido por el Estado, como estrategia de ocupación territorial al servicio del capital, conformando las ciudades como puestos de avanzada. En este contexto, las nuevas ciudades tienen expresión, sentido, significado y materialidad adaptadas a una lógica histórica que las define. Se utiliza como método el análisis histórico y dialéctico, teniendo como matices mediadores de lectura las categorías de formación socioespacial y de producción social del espacio.

**Palabras clave:** Nuevas ciudades. frontera capitalista. Urbanización. Región centro-norte-amazónica. Brasil.

---

## Introdução

São inúmeras as pesquisas até a década de 1980 que analisaram a produção do espaço urbano e regional seguindo a lógica do sistema econômico capitalista, no qual a cidade é uma mercadoria e onde os grupos sociais disputam o controle do território, segundo os seus interesses (LEFEBVRE, 1974; LOJKINE, 1997; GOTTDIENER, 1993). Incorpora-se a essa discussão (teórica) a compreensão de que as cidades são fruto deste sistema que se constituiu como um sistema mundo hegemônico, determinante e determinado pela produção das cidades e de modelos de cidades reproduzidos em todo o mundo. No caso específico brasileiro, esse processo articula, para além dos atores e conflitos locais, interesses globais capitalistas, neoliberais, que vão interferir na definição do território (CASTELLS, 2009; HARVEY, 2003; SANTOS, 2008 e 2009; BRENNER, 2018).

Partindo do pressuposto de que cada cidade possui uma dinâmica própria e uma realidade única, segundo o seu tempo, o seu lugar/localização geográfica e a sua realidade política e social, por meio da leitura da produção do espaço dos autores pré relacionados, compreendemos que apesar das especificidades locais e regionais, existe um fator comum que “comanda” a lógica do processo de estruturação do espaço intraurbano das cidades, que é o modo de produção capitalista, que busca transformar tudo em mercadoria, em uma lógica que atende às necessidades do mercado global.

Buscando compreender a dinâmica regional de expansão capitalista e a produção de novas cidades para atender as necessidades de controle do território especificamente com o objetivo de ocupação da região centro-norte-amazônica, nos colocamos as seguintes questões: Em que medida as cidades planejadas, “plantadas” no centro do Brasil, como estratégia para ocupação e desenvolvimento regional, se diferem das demais cidades brasileiras? Compreendendo as cidades enquanto lócus de reprodução do sistema capitalista, seriam essas novas cidades mais um laboratório para a expansão deste sistema?

## A região centro-norte-amazônica como fronteira

Para compreender a história de ocupação da região que estamos denominando de centro-norte-amazônica é importante considerar que antes da “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas, várias marchas marcaram a ocupação do território central do país. Segundo Chaul:

Foram várias as marchas que abriram caminhos, renovaram fronteiras e estabeleceram marcas. Primeiro vieram os bandeirantes, desbravadores de terras, ávidos por ouro, dizimadores de índios. Abriram picadas na mata quase virgem, colecionaram doenças, inventaram roças de sobrevivência e chegaram à terra dos índios goyazes (CHAUL, 2000, p. 113).

---

A ocupação da região central do país por povos não originários remonta ao final do século XVI, com as expedições bandeiristas. Uma história que reproduz o processo de chegada dos portugueses ao Brasil no início daquele século e a continuidade da colonização no seu interior. Os bandeirantes buscavam ouro e mão de obra indígena e, dessa forma, escravizaram indígenas e dizimaram várias aldeias, observando-se para esse período a extinção de inúmeras etnias. Em suas expedições, os bandeirantes se apropriaram de grandes áreas que eram ocupadas pelos povos originários, condição que marcou a divisão territorial do interior do país, com a expropriação dos povos nativos e a criação de grandes latifúndios. As terras que anteriormente serviam de forma coletiva ao povo passaram ao domínio privado de alguns, cedidas como benefício ao “desbravadores” por abrirem caminhos para a ocupação e a dominação deste território (BERTRAN, 1988; CHAUL, 2000; MORAES, 2006).

Segundo Moraes (2006), a política de urbanização das novas terras fazia parte do projeto de colonização da Coroa Portuguesa. O regime de capitânicas tinha como objetivo a ocupação e a urbanização de terras para a criação de cidades e vilas que pudessem se tornar “centros de controle regional”. Essa era a estratégia do Reino de dominação, colonização e controle dos povos originários. Esse processo de ocupação se intensificou no final do século XVII, após a descoberta das minas e a formação dos primeiros arraiais às margens de rios propícios à mineração. Para Bertran (1988, p.27), “a própria urbanização é determinada por um processo de estabilidade social. Se os primeiros arraiais não passavam de choupanas aglomeradas em torno de lavras esparsas, os estabelecimentos de meados do século XVII eram vilas organizadas”.

Já no fim do século XVIII, com o declínio da mineração, inicia-se o desenvolvimento das atividades agropecuárias nas proximidades de rios e córregos. Os mineiros, sem a produtividade das minas, se apossaram de áreas próximas aos antigos centros mineradores para se dedicarem à lavoura e à pecuária. Esse processo gerou uma intensa crise econômica que só foi superada com a união dos interesses mercantis à produção agropecuária. De acordo com Chaul (2000), a pecuária foi a principal atividade deste período, chegando a abastecer alguns mercados do Centro-Sul e do Norte-Nordeste do Brasil. O autor argumenta que esta era a única possibilidade de abertura de fronteiras econômicas, pois era uma mercadoria autotransportada, podendo romper as barreiras que a distância e a falta de infraestrutura impunham à distribuição do produto. Para Bertran (1988, p. 43), “a economia agrícola surge como um regime de transição entre a economia mineradora e a economia de exportação pecuária”.

Dessa forma, inicia um processo de articulação dessa região central do país ao mercado capitalista, notadamente o mercado nacional, primeira vez constituído a partir da centralidade econômica que São Paulo passou a exercer com o declínio econômico de Salvador e do Nordeste (SANTOS, 2009; OLIVEIRA, 2020). Neste período, de transição do regime político monárquico para o republicano, a distribuição de terras se pautou pela troca de lealdade política, propiciando a formação de grandes latifúndios e a definição da estrutura fundiária da região centro-oeste. Segundo Moraes (2006), no fim do período imperial a estrutura fundiária na região estava marcada pela existência do latifúndio e, por outro lado, da posse de pequenas parcelas de terras devolutas. Via de regra, essas duas características estavam presentes simultaneamente.

---

Com o desenvolvimento do processo de ocupação das terras próximas às vilas e aos caminhos, restava aos “despossuídos da sorte” penetrar no sertão sem fim, no intuito de estabelecer sua posse ou de se agregar a um senhor em sua propriedade. Para o proprietário, era de extrema valia esta relação de trabalho, entre outros fatores, pela carência, cada vez maior, da força de trabalho escrava e pelo controle exercido no mundo do trabalho (CHAUL, 2000, p. 121).

Estas sagas de ocupações continuaram no início do século XX, intensificadas pela chegada dos trilhos de ferro ao sul de Goiás e sudeste de Mato Grosso e às conseqüentes relações comerciais daí decorrentes. A expansão da malha ferroviária e viária a partir da “região concentrada” (SANTOS, 2009) beneficiou a expansão da policultura de alimentos, de monoculturas e da pecuária, tendo sido infraestrutura fundamental para delinear o início do processo de intensificação da ocupação territorial, concretizada com a construção de Goiânia na década de 1930.

Destacou-se, nos anos 30, o crescente interesse do Governo Federal na ocupação capitalista da Amazônia. Dentro da Marcha para o Oeste, Goiânia era o símbolo desse Brasil grande, do novo, do progresso, que levava o estado de Goiás a sair do marasmo político-econômico, além de representar o novo tempo que se estruturava nos horizontes nacionais (CHAUL, 2000, p. 123).

A primeira metade do século XX foi marcada pela crise do sistema capitalista de 1929 que, segundo Bertran (1998), influenciou diretamente o processo de desenvolvimento do Brasil, provocando “a emergência do processo urbano-industrial de substituição de importações, ocupando a posição do antigo complexo primário-exportador” (BERTRAN, 1998, p.89). Neste período se destaca o forte interesse do governo federal pela ocupação e pela exploração da região amazônica, aliado ao discurso nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas, com a ideia da “Marcha para o Oeste”. Lançada oficialmente em 1938, a Marcha para o Oeste já estava em andamento com a construção de Goiânia em 1933, uma capital criada para coordenar a vida política de um estado em transição para uma nova realidade na divisão regional do trabalho e estimular a economia, símbolo da modernidade e da ruptura com o passado e com a velha oligarquia.

Mas é no século XX (quatro séculos após a chegada dos portugueses), sobretudo a partir de 1930, que a ocupação e o desenvolvimento da região Amazônica ganham ênfase como movimento expansionista. A ocupação do Centro-Oeste marca o andar em direção ao centro-oeste-norte para a interiorização do país (MORAES, 2006, p. 77).

Dessa forma, o século XX, principalmente a partir da década de 1930, marca o início da implantação de políticas públicas de desenvolvimento regional voltadas para a ocupação da região centro-nor-

---

te-amazônica brasileira, com o objetivo de incorporá-la à dinâmica de expansão do mercado capitalista. Para compreender a estratégia de ocupação desta região enquanto fronteira, recorreremos à leitura da geógrafa Bertha Becker ([1982] 2015), que ao analisar a estrutura espacial e o desenvolvimento desigual do Brasil na década de 1970, considera que o padrão que determina as diferentes regiões segue a lógica “centro-periferia”, onde o centro determina o desenvolvimento da periferia numa relação de “autoridade-dependência” exercida pelas grandes cidades em função principalmente do desenvolvimento tecnológico.

É o dinamismo do “centro” que comanda o sistema espacial, no qual a periferia se integra sob formas diversas. A diversidade da periferia decorre de sua acessibilidade ao “centro” e de suas características estruturais, que a tornam mais ou menos apta a absorver inovações e a sofrer efeitos de drenagem (BECKER [1982] 2015, p. 30).

A autora supracitada classifica as regiões em quatro categorias segundo a sua interação espacial: a primeira é denominada como região *periférica dinâmica ou em desenvolvimento*, concentrando grande parte da região sudeste e a maior parte da região sul do país, tendendo a incorporar parte da região sudeste do estado de Goiás. São regiões mais acessíveis ao “centro” e, portanto, com maior possibilidade de acesso e absorção das inovações, com um processo de crescimento econômico rápido. Possui uma rede logística de transportes mais desenvolvida, com ligações aéreas, rodoferroviárias e marítimas, uma rede urbana estruturada, com um grande número de cidades médias e um processo de industrialização proveniente de capitais locais e estrangeiros (BECKER [1972] 2015, p. 30-31).

A segunda região identificada é considerada como *região periférica de lento crescimento*, sob influência do Rio de Janeiro, caracterizada principalmente por uma área pastoril que contorna a “*periferia dinâmica*”. Integra essa região parte do estado de Minas Gerais, a região sudeste do atual estado do Mato grosso do Sul e uma parte da região sul do estado de Goiás.

A terceira região é a *periférica deprimida*, constituída principalmente pela faixa ao longo das porções leste e oeste da Mata Atlântica (principalmente a região nordeste), região que mais sofre a depressão econômica com o impacto do crescimento do “centro”, constituído a partir de São Paulo.

E a quarta região, que mais nos interessa para compreensão do nosso objeto de estudo, é a *Fronteira de recursos ou regiões de novas oportunidades*. De acordo com Becker (2015), no período analisado (década de 1970), “mais da metade do território nacional não se encontra ainda economicamente incorporado ao sistema espacial” (BECKER, 2015, p. 35). Essa região envolve parte significativa do Centro-Oeste, pedaço do Maranhão e praticamente toda a Amazônia. A autora considera que “em virtude do alto valor de seus recursos naturais e do seu despovoamento, é mais capaz de absorver inovações e atrair efeitos de difusão do que de perder recursos sob efeitos de drenagem” (BECKER, 2015, p. 35).

Na visão de Becker, essa região, de baixíssima densidade, era considerada como um “espaço livre” para a expansão capitalista, diferente das demais regiões que já estavam ocupadas. Por esse motivo, foi fruto de políticas de desenvolvimento regional para promover a sua ocupação. Sobre o olhar da pesquisadora, Oliveira *et al* (2020) destaca três fenômenos que chamavam a atenção para o centro-norte-amazônico.

O primeiro deles dizia respeito ao conjunto das políticas públicas de desenvolvimento regional, especialmente do Governo Federal, frente ao seu conteúdo e seus objetivos. O segundo fenômeno diz respeito às contradições dessa região, especialmente a materializada no Norte e expressa na potencialidade natural *versus* baixa densidade demográfica *versus* dificuldades físicas de assentamento e transportes terrestres *versus* conjunto dos investimentos. Por fim, o terceiro fenômeno diz respeito ao interesse do capital internacional em investir no Brasil em commodities e minérios e a indução desses investimentos pelo Governo Federal, via políticas públicas, para essa região. (OLIVEIRA et al, 2020, p. 78)

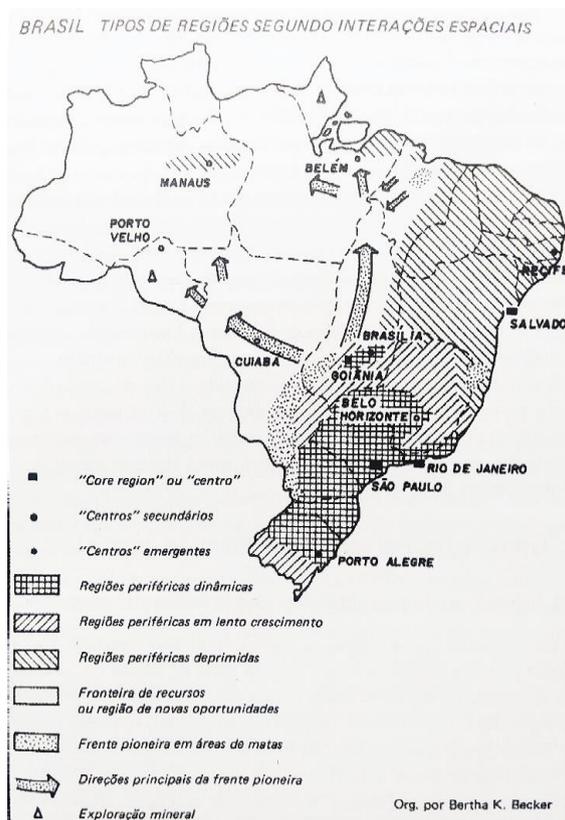


Figura 1: Regionalização Do Brasil Segundo Interações Espaciais. Fonte: BECKER [1982] 2015, p. 29

---

Para Milton Santos (2009), essa região passou por um processo de ocupação disperso e tecnicamente fragmentado. Ele diz:

o movimento de descentralização torna-se irresistível, com os fenômenos de “fábrica dispersa” e de “fazenda dispersa”, que atinge muitas zonas e pontos longínquos do território nacional, desse modo envolvidos pelo nexo da modernização capitalista. É desse modo que o país vai conhecer uma ocupação periférica. A decisão geopolítica de estimular a industrialização em diversas regiões e de ocupar o território com projetos de colonização teve influência relevante nesse processo, mas o próprio mercado jogou papel fundamental viabilizado pelas novas infra-estruturas de transportes e de comunicações, assim como pela superestrutura dos mecanismos reguladores, sob o comando do Estado e dos agentes hegemônicos da economia, através, sobretudo, dos intermediários financeiros (SANTOS, [1993] 2009, p. 47).

A colonização dessa ampla região, que até então tinha uma ocupação de baixíssima densidade, por meio de um processo fragmentado, provocou desigualdades regionais e disparidades territoriais: o espaço nacional se dividiu entre aqueles “regidos pelos automatismos técnicos e sociais próprios à modernidade tecnicista e áreas onde esses nexos estão menos, ou quase nada, presentes”( SANTOS, [1993] 2009, p. 51), estabelecendo novas hierarquias entre regiões de alto nível de conhecimento técnico-científico e regiões desprovidas deste conhecimento; “regiões do mandar e regiões do fazer”. Neste contexto, aumentam substancialmente o número de cidades, com a concentração de uma população que vive da agricultura, mas mora nas cidades. “A cidade torna-se *locus* da regulação do que se faz no campo” (SANTOS, [1993] 2009, p.56).

Sob essa leitura, o que podemos observar é que as cidades que crescem nesta região, principalmente após a implantação de políticas de desenvolvimento regional e de redes de infraestrutura, contêm características diferenciadas em seu processo de formação. Surgem, segundo Santos, em “regiões agrícolas”, tendo como principal atividade econômica a agropecuária e, neste contexto, o processo de produção deste espaço é voltado ao interesse deste mercado. “Nas *regiões agrícolas*, é o campo que, sobretudo, comanda a vida econômica e social do sistema urbano (sobretudo nos níveis inferiores da escala), enquanto nas *regiões urbanas* são as atividades secundárias e terciárias que têm esse papel” (SANTOS, [1993] 2009, p. 76).

A articulação dessa ampla região à dinâmica capitalista é um fenômeno do século XX, especialmente de sua era globalizada, fato que acentua as desigualdades regionais, principalmente pelo processo de exclusão e expropriação das comunidades tradicionais e dos trabalhadores do campo de seu território. Não obstante, a substituição das técnicas tradicionais por aquelas “modernas”, incorporando as tecnologias, articulando essa região à dinâmica do “centro” e ao “meio técnico-científico-informacional” da era globalizada das finanças do *sistema-mundo* capitalista, não contemplou essas comunidades e esses trabalhadores. A modernização do centro-norte-amazônico se deu enquanto *processo espoliativo* (Cas-

---

tilho, 2019; Harvey, 2005).

É importante observar que a criação de fronteiras para expansão do sistema capitalista é uma das principais estratégias para a manutenção e perpetuação desse sistema. Para Harvey (2006), baseado na análise de Marx, o capitalismo tende a produzir barreiras ao próprio sistema, estabelecendo crises cíclicas que são endêmicas ao processo de acumulação capitalista. Estas diversas manifestações de crise (desemprego, subemprego, excedente de capital, falta de oportunidades de investimento, taxas decrescentes de lucro e falta de demanda de consumo para absorção dos produtos excedentes) tendem a superacumulação, que segundo o autor, tem a função de estabelecer “ordem e racionalidade no desenvolvimento do sistema capitalista”, forçando à “criação de condições apropriadas para a renovação da acumulação” visando sustentar o sistema (HARVEY, 2006, p. 46-47).

Dessa forma, as crises tendem a aumentar a produtividade da mão de obra com o uso da tecnologia; diminuir o custo da mão de obra, em função do desemprego, uso do excedente de capital em novas linhas de produção e aumentar a demanda de consumo de produtos. Para aumentar a capacidade de absorção dos produtos, a análise do autor supracitado sugere as seguintes estratégias:

- 1) A penetração do capital em novas esferas de atividade mediante (1) a organização de formas preexistentes de atividade ao longo de linhas capitalistas (por exemplo, a transformação da agricultura de subsistência do camponês em agricultura empresarial), ou mediante (2) a expansão dos pontos de troca dentro do sistema de produção e a diversificação da divisão do trabalho (novos especialistas empresariais surgem para cuidar de determinado aspecto da produção, antes exercido dentro da própria fábrica ou empresa).
- 2) a criação de novos desejos e novas necessidades, desenvolvendo novas linhas de produção (os automóveis e os bens eletrônicos são excelentes exemplos do século XXI) e a organização do consumo para que se torne “racional” em relação ao processo de acumulação (...)
- 3) A facilitação e o estímulo para o crescimento populacional num índice compatível com a acumulação a longo prazo (...)
- 4) A expansão geográfica para novas regiões, incrementado o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou “o mercado mundial” (HARVEY, 2006, p. 47-48).

Para compreender os fatores que influenciaram na ocupação da região que estamos analisando, nos interessa compreender principalmente a estratégia do item 4, citada por Harvey, que prevê a *expansão geográfica* por meio do investimento em espaços que possam proporcionar novas oportunidades de acumulação, provocando uma reestruturação espacial. Para Harvey, a expansão geográfica, articulada às demais estratégias de *intensificação das atividades sociais – desejos, necessidades sociais, etc.* (três

---

primeiros itens), estrutura o processo de acumulação capitalista, e garante a manutenção deste sistema, com o objetivo de superar as suas próprias contradições. “Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a sua acumulação” (HARVEY, 2006, p. 64).

Incorporado à criação de novas frentes de expansão, observa-se que o modo de produção capitalista do espaço busca reduzir os custos de produção para otimizar a acumulação e, dessa forma, a implantação de tecnologias, bem como o aperfeiçoamento dos meios de transporte e locomoção e da comunicação são essenciais para a superação das barreiras espaciais e assim reduzir o tempo de circulação das mercadorias. “A necessidade de minimizar o custo de circulação e o tempo de giro promove a aglomeração da produção em alguns grandes centros urbanos, que se tornam as oficinas da produção capitalista.” (HARVEY, 2006, p. 52).

A localização racional das atividades capitalistas proporciona, assim, a redução “espaço-tempo” para minimizar o custo do transporte de produtos, o que ocasiona a concentração de população e de capital em “cidades polo”, estabelecendo um sistema centro-periferia, que surge a partir da relação dialética entre concentração e expansão geográfica do capital. Este processo não é livre de contradições e se consolida com a transformação da paisagem e da estrutura espacial, com a implantação de estruturas de transporte, com instalações fabris e de outros meios de produção e consumo. Dessa forma, a localização é fundamental para garantir o processo logístico de escoamento da produção, o que mais adiante nos proporcionará uma análise da estratégia de desenvolvimento regional na qual a criação do Estado do Tocantins e sua capital, Palmas, estão inseridos.

O Brasil, a partir da metade do século XX, observa uma dinâmica urbana muito intensa, oriunda de um processo de industrialização tardio. Os grandes centros tornam-se metrópoles, enquanto a região central do país, como já mencionado, inicia um processo de implantação de políticas regionais definidas para ocupação da região amazônica, mais especificamente a partir de 1966, durante regime militar. Segundo Martins (2009), o programa de ocupação da Amazônia tinha como objetivo acelerar o processo que vinha ocorrendo espontaneamente, além de definir as características e controlá-lo.

Observa-se que a expansão capitalista dessa fronteira, pelo regime militar, foi baseada em repressão, violência e privação da liberdade, um modelo de ocupação concentrado, que privilegiou as oligarquias agrárias existentes e incorporou novos proprietários de terras, com a instituição de incentivos fiscais e a doação de 75% do capital necessário para o investimento em novos empreendimentos. Ademais, os camponeses e as comunidades tradicionais que viviam naquelas áreas foram expulsos ou reduzidos substancialmente e substituídos pelo grande latifúndio moderno, vinculado a poderosos conglomerados econômicos nacionais e estrangeiros.

Por meio das frentes pioneiras, estabeleceram-se as “condições” para a exploração capitalista, provocando a reestruturação do espaço e o estabelecimento de novas redes urbanas, com o início da consolidação de pequenas e médias cidades que se estruturaram a partir deste contexto, especialmente entre as décadas de 1980 e 2010. A estrutura espacial se transformou principalmente por meio da implantação

---

de novas rodovias, principalmente a Rodovia Belém-Brasília, que concentrou a população em suas margens, dando origem a novas cidades, dinamizando as pré-existentes e consolidando novas centralidades como espaços para a concentração e expansão do capital, conforme observa Harvey (2006).

## **Cidades novas: a utopia urbana e a estratégia de expansão da fronteira capitalista**

Entendemos que o objetivo da criação de cidades-capitais no centro do Brasil se constituiu como uma estratégia chave para a organização do Estado, para o controle político do território e, consequentemente, para a expansão capitalista. Passada a fase econômica da mineração e posterior mecanização do campo, as cidades precisavam absorver população e realizar concentrações, bem como controlar o excedente de capital e de mão de obra. Enquanto o processo de modernização do campo promoveu a expulsão de camponeses das áreas rurais e, ao mesmo tempo, permitiu a ascensão econômica de fazendeiros, as cidades planejadas se apresentaram como o lócus de moradia para esses trabalhadores espoliados e também para a própria elite agrária brasileira, enquanto símbolo da modernidade e da utopia urbana em um Brasil rural.

As capitais se erguem para o capital. São racionalização administrativas e burocráticas do Estado que se impõe na lógica do capitalismo. São espaços que permitem organizar o jogo político, são palcos do aplauso dos oportunistas de plantão, mas também perspectivas que se abrem rumo a modernidade (CHAUL, 2000, p. 123).

As cidades novas são produzidas na intenção de ruptura com o passado, com o colonialismo e com o discurso da conquista de um futuro moderno e próspero, sem contudo romper com as mesmas práticas coloniais, mantendo a cultura política de favor, a do Estado patrimonialista, com a manutenção do poder de decisão da elite dominante (MORAES, 2006; MACHADO, 2011). A cidade, enquanto lócus de produção capitalista, se comporta também como produto deste sistema. A ideia da cidade planejada se constituiu enquanto um produto a ser vendido, um produto advindo dos modelos europeus, com a importação de pensamento urbanístico moderno. Utiliza-se aqui o termo *cidades novas* a partir de conceituação feita por Trevisan (2009) para caracterizar as cidades que foram construídas a partir de um projeto/desenho inicial, em um território que não possuía características urbanas, ou que estas seriam incipientes e nasceram a partir de um desejo, por uma necessidade específica, ou seja, por uma intenção, por meio de projeto realizado por profissional específico, em um sítio determinado e em um tempo definido.

Ao explicar a teoria de acumulação de capital de Luxemburg (1968), Harvey (2006, p.58) relata

---

que “o espaço novo para acumulação que o capitalismo tem de definir existe apenas sob a forma de sociedades pré-capitalistas, que proporcionam mercados virgens para a absorção do que é tendência permanente à superprodução de mercadorias sob o capitalismo”. O autor continua a sua análise, baseado em Marx, afirmando que “a tendência histórica do capitalismo é destruir e absorver modos não capitalistas de produção, ao mesmo tempo que os utiliza para criar espaço novo para a acumulação de capital”.

Neste contexto, as cidades *artificiais* – criadas a partir de modelos urbanísticos europeus –, se constituem como portas de entrada para a reprodução do sistema capitalista, para a absorção do excedente de capital e para a concentração do excedente de mão de obra. São centros urbanos novos, criados com diferentes objetivos, segundo o momento histórico, mas visando ser o centro do poder, das decisões e do controle sobre o território, a economia e a sociedade.

A criação de cidades novas é tradição presente na história do Brasil desde o período Colonial. Neste rol destacam-se Salvador (1549), João Pessoa (1585), São Luís (1612), Recife (1637), Macapá (1738), Teresina (1852) e Aracaju (1855). Segundo Trevisan *et al* (2017), o país possui mais de 240 cidades novas, projetadas e construídas nos últimos cento e vinte anos (TREVISAN, 2009). Foram cidades construídas com objetivos distintos, segundo seu tempo e vocação econômica regional, mas ao mesmo tempo, com o objetivo comum de permitir a captura capitalista de territórios até então povoados, principalmente, por povos nativos. Este fato funcionou como “catalisador” do processo de urbanização, levando à acelerada inversão da população de hegemonicamente rural para majoritariamente urbana em um curto período de tempo.

Dentre essas inúmeras cidades criadas, após a proclamação da República, cinco foram planejadas para se tornarem capitais, sedes do poder administrativo regional e representação do poder central no vasto território do sertão brasileiro. São elas: Belo Horizonte (MG) em 1897; Goiânia (GO) em 1933; Boa Vista (RR) – era uma pequena vila e passou por uma reestruturação urbana radical para ser a capital do Território Federal do Rio Branco – em 1944; Brasília (DF) em 1960, projetada para ser a capital federal do Brasil; e Palmas (TO) em 1989, projetada a partir da criação do Tocantins com a Constituição Federal em 1988 (como detalharemos a seguir).

Do Brasil República até meados da década de 1960, de acordo com a periodização caracterizada por Leme (1999, apud Oliveira, 2016), foram três momentos significativos do urbanismo Brasileiro:

a) 1895 a 1930 melhoramentos nas cidades mais importantes; necessidade de saneamento; alusão aos projetos europeus ocorridos anteriormente, com ênfase na estética redefinindo áreas centrais por meio de novos alinhamentos e abertura de vias. Ressalta-se que nesta fase criou-se Belo Horizonte;

b) 1930 a 1950 planos totalizadores de cidades com proposta de articulação entre bairros, centros e extensão da malha urbana através de sistema de transportes, definição de zoneamentos e legislação de uso e ocupação do solo, além de organização da estrutura administrativa municipal voltada ao planejamento urbano nas principais cidades bra-

---

sileiras. Passou-se de “melhoramentos” para “urbanismo”. Destaca-se a criação de Goiânia;

c) 1950 a 1964 planos regionais que vieram em resposta a preocupações com a significativa migração campo-cidade e o processo crescente de urbanização. Nessa época, deu-se a criação de Brasília (Oliveira, 2016, p. 99-100).

A criação de cidades novas no Brasil é parte do processo histórico-cultural de formação das cidades brasileiras, tendo origem ainda no século XVI, a partir da colonização portuguesa. A primeira capital do país, Salvador, fundada em 1549, teve seu projeto desenvolvido em Lisboa, construída pelos colonizadores em uma área mais alta da cidade, protegida por muralhas, com o objetivo organizar e controlar o novo território colonizado, para além da proteção da realeza. Obviamente, em pouco tempo, outra cidade cresceu fora da muralha, na cidade baixa, onde desenvolvia-se as atividades ligadas ao comércio e circulação de mercadorias (TREVISAN, 2009). Séculos depois, em diferentes conjunturas observa-se a continuação dos mesmos processos; a “importação” e a reprodução de ideias e projetos urbanísticos são frequentes nas intervenções urbanas das cidades brasileiras, criando espaços destoantes da realidade e da cultura local.

É certo que a ideia de se criar novas cidades e uma nova cultura urbana era uma utopia no Brasil majoritariamente rural, com uma economia baseada na agricultura e na mineração. Os idealizadores das novas cidades tinham como premissa proporcionar maior qualidade de vida para as pessoas e o urbanismo, enquanto ciência, teria a capacidade de transformação do espaço e da sociedade.

Além de Salvador, várias cidades brasileiras foram produzidas a partir do processo de colonização, contudo o processo de industrialização foi o maior indutor da urbanização. Antes do período da República, o país tinha alguns núcleos urbanos dispersos e “incipientes”. As condições das cidades eram extremamente precárias, com a ausência total de saneamento. Segundo Goulart Reis (2000) *apud* Moysés:

Ao encerrar o regime monárquico no Brasil, em 1889 (pouco mais de um ano após a abolição do sistema de trabalho escravo), mesmo as principais cidades brasileiras não dispunham de sistemas regulares e aperfeiçoados de abastecimento de água e de energia e careciam dos principais serviços urbanos (2004, p. 53-54).

As intervenções urbanas realizadas no período republicano tiveram um enfoque higienista e estético, baseado principalmente no ideário haussmanniano sobre Paris. A ideia era atrair para as cidades a população de maior poder aquisitivo, que havia se refugiado na zona rural em função das condições precárias que as cidades vivenciavam. Dessa forma, “a modernização das cidades brasileiras nasceu marcada pela exclusão, pela elitização dos espaços e pela destruição dos elementos urbanísticos coloniais”

---

(MOYSÉS, 2004, p.54). Destacam-se os planos de Pereira Passos e de Agache para o Rio de Janeiro no início no século XX, que unia os interesses sanitários e estéticos à necessidade de estruturação para funções administrativas e econômicas.

O processo de colonização da região centro-norte brasileira durante o século XX foi marcado por inúmeros projetos com objetivo de abertura de novas fronteiras agrícolas e de exploração dos recursos minerais. Para tanto, foram implantados uma série de programas de desenvolvimento como o Prodoeste, Polocentro, Provale, Proterra, Polamazônia, que fomentaram a ocupação e a urbanização dessa região, consolidada principalmente com a construção de Goiânia, Brasília e Palmas, cidades símbolo do processo de urbanização do planalto central.

### **Belo Horizonte**

A primeira experiência de maior escala foi o projeto de Belo Horizonte, 1897, que tinha por objetivo, além de superar as limitações morfológicas da antiga capital (Ouro Preto), representar o novo símbolo da República, um símbolo de modernidade, um “novo Brasil”. Coordenada pelo engenheiro Aarão Reis, a intervenção urbana, segundo Trevisan *et al* (2017), foi norteada por três princípios: ordem, funcionalidade e monumentalidade. Para Oliveira (2016) acrescentam a estes princípios os objetivos de salubridade, fluidez e embelezamento. O desenho urbano previa duas malhas quadriculadas sobrepostas a um ângulo de 45 graus, sendo uma com vias de 20 metros de largura a cada 120 metros e a outra com vias de 35 metros de largura a cada 800 metros, incorporando as propostas dos planos de Washington, Paris, Barcelona e La Plata. A estrutura urbana proposta, antes da escolha do local de implantação da cidade, gerou uma série de incongruências entre o traçado urbano e a topografia local (TREVISAN *et al*, 2017; OLIVEIRA, 2016).

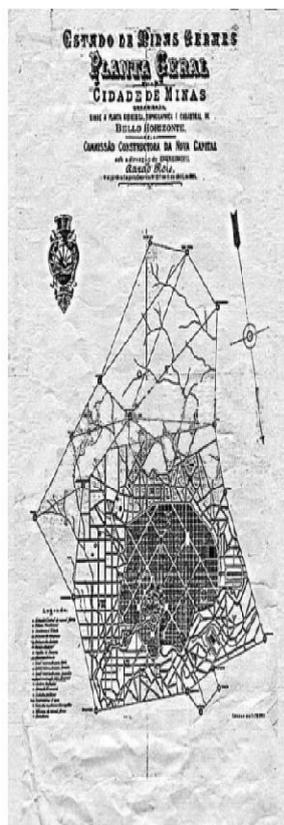


Figura 6 – Planta geral da cidade de Minas (Belo Horizonte) de 1895. Fonte: Arquivo Público Mineiro. Acesso em mar. 2012.

Figura 2: Planta Geral Da Cidade De Minas - Belo Horizonte - 1985. Fonte: Arquivo público Mineiro *apud* Oliveira (2016)

Segundo Trevisan (2017, p. 74), “ao construir uma cidade protótipo pretendia-se criar uma nova sociedade - moderna e organizada”, comandada por uma nova forma de governo – o republicano.” Nos ideais de Aarão Reis o urbanismo poderia transformar a sociedade, enquanto nova ciência, fomentando melhorias sociais e organizando a sociedade de forma harmoniosa; seria a materialização do planejamento racional e científico. Observa-se a visão da busca de um modelo ideal de cidade que pudesse resolver os problemas da sociedade. Na visão de Argan (1998, p. 74), a *cidade ideal*

mais do que um modelo propriamente dito, é um *módulo* para o qual sempre é possível encontrar múltiplos ou submúltiplos que modifiquem a sua medida, mas não a sua substância: dada planta em forma de tabuleiro, centralizada ou estrelar, sempre é possível desenhar o mesmo esquema numa dimensão maior ou menor.

---

## Goiânia

No caso de Goiás, Pedro Ludovico, interventor federal em Goiás, foi o responsável por apresentar os argumentos que levaram à mudança da capital de Vila Boa de Goiás para um novo centro a ser projetado. Segundo ele, a então capital não tinha condições físicas que possibilitassem a expansão, tendo em vista que localizava-se em um vale estreito, entre serras. Além da dificuldade de implantação de infraestrutura para abastecimento de água e esgoto, a capital colonial também não apresentava condições adequadas para implantação das novas ideias políticas para o desenvolvimento de Goiás, baseadas no ideário de um novo Brasil moderno defendido por Getúlio Vargas, para levar a “modernização e o progresso” para o centro do país (MORAES, 2006).

Três décadas após a construção de Belo Horizonte, no início da década de 1930, teve início a elaboração do plano de Goiânia, a nova capital de Goiás, em um momento de ascensão do movimento moderno. A nova capital, seria, dessa forma, a representação da cidade ideal para abrigar uma “nova sociedade” de um novo tempo que se anunciava, buscando romper com a ideologia do Brasil rural, dos tempos da colônia.

Goiânia foi um verdadeiro laboratório para a implantação do movimento modernista, um marco para a re colocação de Goiás na divisão regional do trabalho, um artefato no planalto central brasileiro, transformando a paisagem rural do cerrado e funcionando como “ponta-de-lança” para o projeto de interiorização do País. “Com a nova capital de Goiás, o Brasil pôde conhecer as potencialidades do Centro-Oeste. Depois de Goiânia, concretizou-se a ideia de transferir a capital do país do Rio de Janeiro, para o Planalto Central, no seu interior” (MORAES, 2006, p. 118).

Esta cidade marca, assim, o início da intensa ocupação da região sul de Goiás e do projeto de integração nacional, rumo à Amazônia, fortalecendo o poder político do Governo Central e o controle do território, com a implantação das novas cidades-capitais e, conseqüentemente, o surgimento de novas lideranças políticas para consolidar o projeto de poder local e regional.

Concebida com base nas cidades-jardim de Howard, o traçado proposto buscava integrar as áreas de preservação, parques e cursos d’água, com um sistema viário de caráter monumental, convergindo para o centro administrativo. O desenho tinha como fundamentos os projetos de Versailles, Karlsruhe e Washington. As condições geográficas do sítio escolhido pelo Arquiteto Atílio Correa Lima possibilitaram a implantação do projeto modernista, que segundo Graeff *apud* Moraes (2016), tinha em seu núcleo central uma estrutura morfológica similar ao projeto de Unwin para Letchworth (primeira cidade-jardim construída por Howard em 1903), enquanto o setor sul, projetado por Armando de Godoy, se assemelhava à segunda cidade-jardim de Howard e Welwyn (1919) (MORAES, 2006).

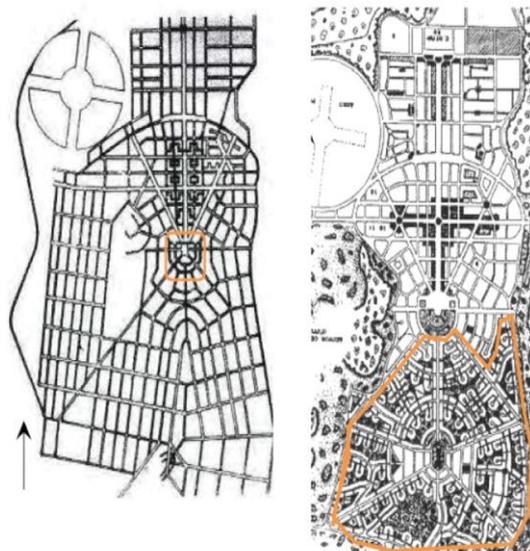


Figura 3 (Esquerda) – Projeto De Goiânia, Arq. Attilio Corrêa Lima, 1933. Fonte: Trevisan (2009).

Figura 4 (Direita) – Projeto De Goiânia, Eng. Armando Godoy, 1938. Fonte: Trevisan, (2009).

### **Boa Vista - RR**

No extremo norte brasileiro, tivemos entre a implantação de Goiânia e de Brasília a construção de Boa Vista, em 1944, a partir da criação do Território Federal do Rio Branco, no ano anterior (1943), com o objetivo principal de proteção da fronteira com a Venezuela durante a 2ª Guerra Mundial. A cidade de Boa Vista já existia enquanto vila antes de 1944, inclusive tendo sido objeto de intervenção federal e implantação de um projeto ainda no século anterior, mas ainda incipiente para se tornar de fato um aglomerado urbano. O local da antiga vila, que era habitado por uma população de cinco a dez mil habitantes<sup>1</sup>, foi escolhido para a manutenção do projeto da “nova capital”, tendo em vista que a sua topografia era adequada e o local elevado proporcionaria proteção contra inundações do Rio Branco. Contudo, apesar da localização, considerou-se que o assentamento existente não possibilitaria a implantação da cidade e das novas funções administrativas que ela abrigaria, bem como a projeção de crescimento populacional previsto. Dessa forma, a solução encontrada pela equipe responsável pela implantação da capital foi a de transformar totalmente o espaço, demolindo tudo o que já estava construído para dar lugar ao novo projeto. “Esta foi uma decisão tomada para simbolicamente expressar uma vontade de erradicar o velho, o passado, o precário, para em seu lugar semear o novo, o avançado, em uma palavra, progresso” (TREVISAN *et al*, 2017, p. 10).

A comissão de implantação da nova capital era presidida pelo primeiro governador do território Ene Garcez dos Reis e pelo primeiro prefeito nomeado por ele, Mário Homem de Mello, em junho de

1944. Para a elaboração e implantação do plano de urbanização (1944-1946) foi publicado um edital de concorrência, do qual a empresa do Rio de Janeiro, Riobras Industrial Ltda., foi a melhor colocada sendo contratada para elaboração e execução do projeto, que coordenado pelo engenheiro civil Darcy Aleixo Ribeiro Derenusson e uma equipe multidisciplinar carioca, elaborou os projetos de urbanismo, arquitetura e de infraestrutura. (TREVISAN, 2017; RAMALHO, 2012, VERAS, 2009). A construção de Boa Vista no extremo norte do país, única capital projetada no hemisfério norte brasileiro em um período de tensões em função da guerra e com o governo militar autoritário e centralizador, tinha em sua concepção grande valor simbólico, significava além da ocupação econômica da fronteira, o discurso da proteção do Brasil e da Amazônia. Em entrevista concedida ao jornal local, o engenheiro Darcy Derenusson explica a simbologia do projeto:

Partindo de um centro gerador, busca os confins do norte de nosso território, irradiando a energia de seu povo, como a protegê-lo, Roraima, guardião do Norte. Lembrem-se. Na época em que foi projetada a planta da cidade de Boa Vista (1944-46) estávamos no fim de uma guerra. E já muito antes disso, não poucos olhos gulosos invadiam nossas fronteiras com missões exploradoras e uma variedade de expedientes para se firmarem e ocuparem nossa terra. Mais do que simples radiais, mais do que um simples leque, seria a própria alma brasileira, presente, com o corpo e o coração, para garantir a integridade de nossos limites. É, portanto, o sistema radial o símbolo de união territorial, social, linguístico e ideário do povo brasileiro do Extremo Norte (GAZETA DE RORAIMA [1991] *apud* RAMALHO, 2012, p. 75).

Neste contexto, o novo plano seria implantado sobrepondo a antiga vila. A proposta urbanística possuía um traçado radial concêntrico, com doze vias que irradiavam de uma grande praça central e cinco avenidas, seguindo um padrão de grelha, com um traçado regulador e monumental. Concentrava na praça central os três poderes (executivo, legislativo e judiciário), da qual as vias radiais proporcionavam perspectivas voltadas para os edifícios administrativos.



Figura 5 – Maquete Do Projeto Urbanístico De Boa Vista – 1944. Fonte: Veras, 2009, p. 95

---

Segundo Veras (2009) o plano foi baseado, a pedido do então governador, no de Belo Horizonte e, neste contexto, seus princípios urbanísticos se assemelham às cidades-jardim de Howard, com estrutura de vias circulares e estrutura viária radiocêntrica, se assemelhando ao traçado de Goiânia, como pode-se observar na Figura 5.

A construção de Boa Vista, esquecida por muitos pesquisadores, teve por objetivo a ocupação da Amazônia preconizada na Marcha para o Oeste, neste caso especificamente com o discurso de segurança nacional, mas aliada ao projeto de expansão capitalista com a introdução do meio técnico-científico na produção agrícola e da urbanização, por meio da construção de uma cidade *ex nihilo* para o controle do território e expansão do poder central. (VERAS, 2009; RAMALHO, 2012 e TREVISAN, 2009)

### **Brasília - DF**

A ideia de transferência da capital do Brasil para o centro do país já era uma ideia que perdurava desde o período do império, tendo sido apresentada à Assembleia Geral do Império por José Bonifácio em 1823, desde esse tempo, segundo Holanda (2002), já se tinha a ideia de que a transferência da capital poderia absorver o excedente populacional da costa, abrir novos caminhos para o mercado, com a construção de estradas que se ligariam às províncias, além de resolver a disputa das províncias pela sede da corte.

Durante a República a ideia foi adquirindo materialidade, sendo prevista em três constituições (1891, 1934 e 1946). Vários estudos foram desenvolvidos desde a primeira constituição republicana para a definição da melhor localização do distrito federal, tendo sido nomeada a Comissão Exploradora em 1892, pelo presidente Floriano Peixoto, conhecida por Missão Cruls. No segundo governo de Getúlio Vargas, em 1953, antes de seu falecimento, o Congresso Nacional autorizou a realização dos “estudos definitivos” para localização da nova capital, que culminou na consideração de diversas áreas analisadas pela consultoria. Os estudos realizados confirmaram a escolha de uma área que já tinha sido pré-indicada no século anterior, ainda no período imperial pela *Missão Cruls*, culminando na decisão de se construir Brasília em sua atual localização, no Planalto Central.

Apesar dos inúmeros estudos, somente no Governo de Juscelino Kubitschek o projeto da nova capital se consolidou. Ele já tinha prometido em sua campanha eleitoral em 1955 que cumpriria a Constituição e transferiria a capital federal para a região do Planalto Central e logo após a sua posse iniciou os trabalhos para a garantia da sua efetivação. Em 1956 criou a Companhia de Urbanização da Nova Capital (NOVACAP) e logo após foi lançado o “Concurso Nacional do Plano Piloto para a Nova Capital do Brasil”, do qual Lúcio Costa apresentou a proposta vencedora, selecionada em março de 1957. O arquiteto, formado pela Escola Nacional de Belas Artes, era um dos mais influentes membros do Movimento Moderno Brasileiro e seu plano previa as diretrizes preconizadas na Carta de Atenas, defendidas



## Palmas - TO

Palmas, construída após três décadas, era mais uma nova capital erguida no meio do cerrado, para abrigar o novo estado criado a partir da Constituição de 1988. Concebida em um momento histórico de abertura do mundo ocidental à política econômica neoliberal, fortalecida pelo Consenso de Washington (1989), que difundia as experiências de caráter neoliberal na América Latina com o objetivo de incluir seus países na rota de abertura da fronteira capitalista mundial. Dessa forma, a implantação da cidade de Palmas, no centro do Brasil, em um território de ocupação rarefeita, tinha como claro objetivo a abertura de novas fronteiras para o desenvolvimento capitalista, fomentando por meio da produção do espaço urbano e da rede de infraestrutura regional o desenvolvimento agrícola daquela região.

A “última capital planejada do século XX”, teve seu projeto contratado pelo então Governador Siqueira Campos, que escolheu o escritório goiano *Grupo Quatro* para desenvolvê-lo. O projeto foi concebido, no centro geográfico do Estado e no centro geodésico do Brasil, para abrigar uma população inicial de 300 mil habitantes, com previsão de até 1,5 milhão. A área urbanizável destinada à implantação compreendia 100 Km<sup>2</sup> e a área de expansão duas vezes maior. O projeto previa a construção de superquadras residenciais a partir de um padrão básico de desenho urbano em forma de grelha, de aproximadamente 700x700 metros, podendo abrigar uma população de 8 a 12 mil habitantes, sendo cada uma delas objeto de parcelamento próprio (PALMAS, 2005; VELASQUES, 2010; CORIOLANO, 2011).

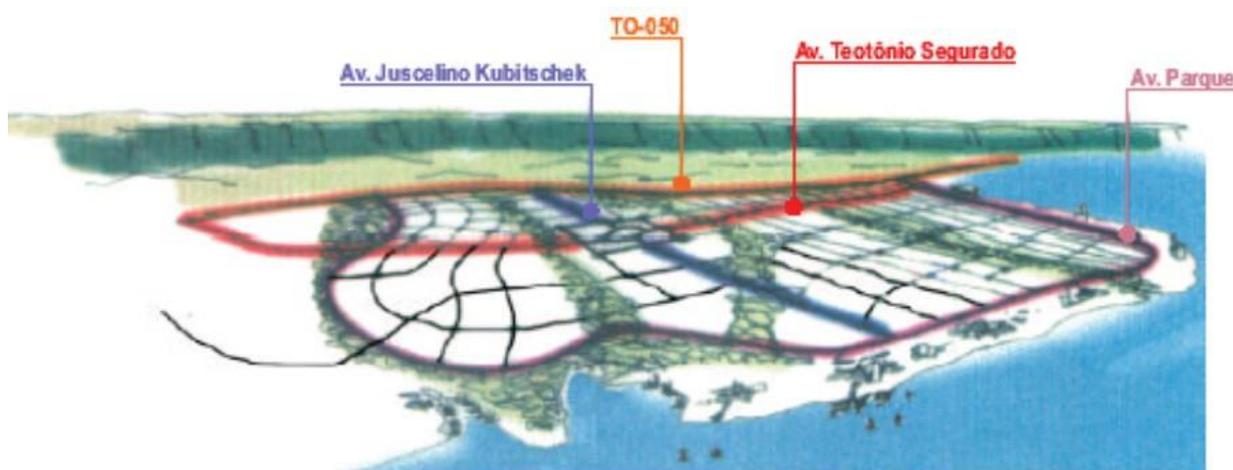


Figura 7: Plano Urbanístico Original (Grupo 4). Fonte: Caderno Revisão do Plano Diretor de Palmas, 2005.



Figura 8: Perspectiva De Perfil Da Cidade - Sentido Leste-Oeste (Grupo 4). Fonte: Grupo Quatro, acesso em 18/09/2021

O Plano diretor urbanístico foi concebido visando à funcionalidade do uso e da ocupação do solo, a partir do qual pensou-se na segmentação das atividades econômicas e administrativas. Nesse sentido, se estruturou, por um lado, o centro administrativo, no cruzamento dos principais eixos da cidade, configurando uma situação de monumentalidade que visou manter a visibilidade do poder do Estado e, por outro lado, um “plano-piloto” com áreas específicas para moradia, comércio, indústrias e áreas mistas.

Neste contexto, a nova capital representava o desenho de uma nova história (urbana) em um território isolado e esquecido, em decadência econômica, um marco zero para a construção de um novo espaço. Consolida assim, o projeto da “Marcha para o Oeste”, enquanto estratégia de ocupação da região centro-norte e conseqüentemente da Amazônia, enquanto “fronteira de novas oportunidades” para expansão capitalista.

## Considerações finais

Este artigo buscou problematizar a dinâmica da expansão da fronteira capitalista sobre o centro-norte-amazônico do Brasil e compreender a produção de cidades novas enquanto estratégia para atender às necessidades de controle do território, especificamente com o objetivo de ocupação territorial. Longe de cessar esse debate, compreende-se que a criação dessas cidades-capitais representa não somente lócus de reprodução do sistema capitalista, como as demais cidades do mundo, mas também espaço livre para a reprodução das ideias neoliberais, funcionando como um laboratório de expansão deste sistema.

É importante considerar que, conforme Lacaze (1992), apud (VELASQUES, 2010), o urbanismo pode ser considerado como um “ato de poder”, com um forte caráter ideológico e simbólico, repleto de um planejamento intencionado, de acordo com a conjuntura social, histórica e política, refletindo diretamente no território.

---

As cinco cidades novas, capitais planejadas concebidas desde o início do período republicano, se configuraram como espaços estratégicos para a organização das atividades capitalistas no território. A dinâmica de produção do espaço dessas capitais foi fomentada diretamente pelo Estado, que utilizou o urbanismo como instrumento de controle, conquista e colonização dos territórios. As cidades novas, neste contexto, se estruturaram enquanto parte desta estratégia de poder e controle, reconfigurando o espaço urbano e regional.

Estas cidades tiveram um processo acelerado de ocupação e urbanização, principalmente em função da migração fomentada pelas estratégias e programas nacionais de desenvolvimento para o centro-norte e para a Amazônia, tornando-se em pouco tempo polos de desenvolvimento regional. Dessa forma, a implantação das cinco capitais carregava em si os mesmos objetivos: ser o centro administrativo de seus respectivos Estados, concentrar o poder, organizar o território e se constituir como fronteira para o desenvolvimento capitalista e ocupação da região central do país, rumo à Amazônia.

## Referências

- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BECKER, Bertha K.; VIEIRA, Ima C. Guimarães (Org.). *As amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica*. (Org. Vieira). Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- BERTRAN, Paulo. *Uma introdução à história econômica do Centro-oeste do Brasil*. Brasília: CODEPLAN, Goiás: UCG, 1988.
- BRENNER, Neil. *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, 2018.
- CARLOS, Ana Fani A. *A cidade*. 8ª Edição São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- CASTELLS, Manuel. *A Questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- CASTILHO, D. Redes e processos espoliativos no centro-norte do Brasil. In: OLIVEIRA, F. G. de et. al. (orgs.). *Espaço e economia: geografia econômica e a economia política* Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- CHAUL, Nasr Fayad. Marchas para o Oeste. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (org.). *Relações cidade-campo: fronteiras*. Goiânia: Ed. UFG, 2000.
- CORIOLOANO, G. P. *Plano Diretor Participativo de Palmas: análise da aplicação de instrumentos urbanísticos para a redução das desigualdades socioterritoriais*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Tocantins. PPGDR/UFT: Palmas, 2011.

- 
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 12ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- O novo imperialismo*. 2ª. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- A produção capitalista do espaço*. 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2006.
- HOLSTON, James. *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*/ James Holston; Tradução Marcelo Coelho. - São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- O Direito a Cidade*. São Paulo: Ed. Centauro (5ª Edição), 2009.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993, 310 p.
- LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MACHADO, Thiago Ramos. *O poder do atraso na produção do espaço urbano: O caso de Palmas, Tocantins*. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano* São Paulo, Contexto, 2009.
- MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social, [S. l.]*, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996. DOI: 10.1590/ts.v8i1.86141. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86141>. Acesso em: 2 ago. 2021.
- MORAES, Lucia Maria. *A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas*. Goiânia. Ed. UCG. 2006
- MOYSÉS, Aristides. *Goiânia: metrópole não planejada*. Goiânia: Editora da UCG, 2004.
- OLIVEIRA, Adão Francisco de. Contornos da fronteira capitalista no século XXI: um olhar sobre o Cerrado e a Amazônia. *Caminhos de Geografia*, Ed. Especial – I CIGEO-DR, p. 76-88, dez./2020.
- OLIVEIRA, Lucimara Albieri de. *Centros urbanos e espaços livres públicos: produção e apropriação em Palmas-TO*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo – PPGAU/ USP. São Paulo, SP. 2016.
- RAMALHO, Paulina Onofre. *Lugar de Memória: o plano urbanístico de Boa Vista – RR*. Dissertação (Mestrado Profissional) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.
- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, coleção “Milton Santos – 7”, 2008.
- A Urbanização Brasileira*. 5ª Edição. São Paulo: Edusp, coleção “Milton Santos – 6”, 2009.
- TREVISAN, Ricardo; FICHER, Silvia; MATTOS, Frederico. *Brasil: um século, cinco Cidades Novas administrativas* - Anais ENANPUR, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/>

---

[principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Sessoes\\_Tematicas/ST%207/ST%207.2/ST%207.2-02.pdf](#)

TREVISAN, Ricardo. *Cidades novas*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. *A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima*, Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo – PPGH/USP. São Paulo, SP. 2009.

VELASQUES, Ana Beatriz Araujo. *A concepção de Palmas (1989) e sua condição moderna*. Tese (Doutorado em Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro – PROURB/UFRJ: Rio de Janeiro, 2010.

## Notas

1 Segundo Veras (2009) a população da vila era de 5 mil habitantes e o território possuía 15 mil habitantes, contudo Ramalho (2012) relata em sua dissertação, fundamentada no recenseamento que a população de Boa Vista neste período era de 10. 509 habitantes.